

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Concurso Público para provimento de cargos de Consultor Técnico Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 01 a 05.

De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaníacos, era toda a família dos deserdados do espírito. Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete. O padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos. Um, por exemplo, um rapaz bronco e vilão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O vigário não queria acabar de crer. Quê! um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua!

– Não digo que não, respondia-lhe o alienista; mas a verdade é o que Vossa Reverendíssima está vendo. Isto é todos os dias.

– Quanto a mim, tornou o vigário, só se pode explicar pela confusão das línguas na torre de Babel, segundo nos conta a Escritura; provavelmente, confundidas antigamente as línguas, é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe...

– Essa pode ser, com efeito, a explicação divina do fenômeno, concordou o alienista, depois de refletir um instante, mas não é impossível que haja também alguma razão humana, e puramente científica, e disso trato...

– Vá que seja, e fico ansioso. Realmente!

(ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 24-25)

1. No **discurso indireto livre**, a voz do personagem mistura-se à voz do narrador, a exemplo do que se observa em:
 - (A) *Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete.* (1º parágrafo)
 - (B) *De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaníacos, era toda a família dos deserdados do espírito.* (1º parágrafo)
 - (C) *O vigário não queria acabar de crer. Quê! um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua!* (1º parágrafo)
 - (D) *– Quanto a mim, tornou o vigário, só se pode explicar pela confusão das línguas na torre de Babel, segundo nos conta a Escritura...* (3º parágrafo)
 - (E) *– Essa pode ser, com efeito, a explicação divina do fenômeno, concordou o alienista, depois de refletir um instante...* (4º parágrafo)

2. *confundidas antigamente as línguas, é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe...* (3º parágrafo)

Em relação ao trecho anterior, o trecho sublinhado tem sentido de

- (A) causa.
- (B) condição.
- (C) concessão.
- (D) consequência.
- (E) oposição.

3. Verifica-se a elipse de um substantivo no seguinte trecho:

- (A) *O vigário não queria acabar de crer.* (1º parágrafo)
- (B) *De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde.* (1º parágrafo)
- (C) *Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação.* (1º parágrafo)
- (D) *Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete.* (1º parágrafo)
- (E) *Não digo que não, respondia-lhe o alienista; mas a verdade é o que Vossa Reverendíssima está vendo.* (2º parágrafo)



4. Ao se transpor o trecho *O padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo* (1º parágrafo) para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:
- (A) imaginaria.
 - (B) imagino.
 - (C) imaginarei.
 - (D) imaginei.
 - (E) imaginasse.
-
5. Em *e menos ainda o inexplicável de alguns casos*. (1º parágrafo) e *Um, por exemplo, um rapaz bronco e vilão*, (1º parágrafo), os termos sublinhados constituem
- (A) substantivo e adjetivo, respectivamente.
 - (B) substantivos.
 - (C) adjetivos.
 - (D) adjetivo e substantivo, respectivamente.
 - (E) advérbio e adjetivo, respectivamente.
-

Atenção: Leia o soneto de Cláudio Manuel da Costa para responder às questões de números 06 a 10.

*Não vês, Lise, brincar esse menino
Com aquela avezinha? Estende o braço,
Deixa-a fugir; mas apertando o laço,
A condena outra vez ao seu destino.*

*Nessa mesma figura, eu imagino,
Tens minha liberdade, pois ao passo,
Que cuido que estou livre do embaraço,
Então me prende mais meu desatino.*

*Em um contínuo giro o pensamento
Tanto a precipitar-me se encaminha,
Que não vejo onde pare o meu tormento.*

*Mas fora menos mal esta ânsia minha,
Se me faltasse a mim o entendimento,
Como falta a razão a esta avezinha.*

(Adaptado de: PROENÇA FILHO, Domicio. (org.). **A poesia dos inconfidentes**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 71-72)

6. No soneto, o menino e a avezinha são comparados, respectivamente,
- (A) a Lise e à liberdade.
 - (B) ao poeta e a Lise.
 - (C) à liberdade e a Lise.
 - (D) ao poeta e à liberdade.
 - (E) a Lise e ao poeta.
-
7. Na última estrofe, o poeta argumenta que
- (A) seu entendimento seria maior na ausência de aflição.
 - (B) sua aflição seria menor se lhe faltasse entendimento.
 - (C) sua aflição seria equivalente à razão da avezinha.
 - (D) sua aflição seria maior na ausência de razão.
 - (E) seu entendimento seria menor se lhe faltasse aflição.
-



8. Verifica-se a ocorrência de objeto indireto pleonástico no seguinte verso:
- (A) *Se me faltasse a mim o entendimento*, (4ª estrofe)
 - (B) *Deixa-a fugir; mas apertando o laço*, (1ª estrofe)
 - (C) *A condena outra vez ao seu destino*. (1ª estrofe)
 - (D) *Então me prende mais meu desatino*. (2ª estrofe)
 - (E) *Tanto a precipitar-me se encaminha*, (3ª estrofe)
-
9. Em *Que cuidado que estou livre do embaraço* (2ª estrofe), o verbo “cuidar” está empregado na mesma acepção do verbo sublinhado no seguinte trecho:
- (A) cuidava da casa com dedicação.
 - (B) em meio à crise, todos devem se cuidar.
 - (C) passara o dia cuidando o que ia dizer.
 - (D) nunca se aborrece no trabalho, sabe cuidar-se como ninguém.
 - (E) cuidaram daquelas crianças por toda a vida.
-
10. – *Tanto a precipitar-me se encaminha*, (3ª estrofe)
– *Se me faltasse a mim o entendimento*, (4ª estrofe)
- Os termos sublinhados constituem
- (A) conjunções.
 - (B) conjunção e pronome, respectivamente.
 - (C) partícula expletiva e conjunção, respectivamente.
 - (D) pronomes.
 - (E) pronome e conjunção, respectivamente.
-

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 11 a 14.

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até mesmo depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje.

Se [...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável.

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.

Tão incontestado, em realidade, que muitos representantes da classe dos antigos senhores puderam, com frequência, dar-se ao luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já operaram em nossa história. A eles, de certo modo, também se deve o bom êxito de progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe e o principal esteio em que descansava esse prestígio, ou seja, o trabalho escravo.

(HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.85-86)

11. No texto, o autor
- (A) considera que, frequentemente, a ganância dos fazendeiros escravocratas punha-os em conflito com seus próprios representantes.
 - (B) considera que, mesmo após a Abolição, a estrutura agrária da colônia manteve-se essencialmente inalterada.
 - (C) afirma categoricamente que os portugueses instauraram no Brasil uma civilização agrícola.
 - (D) afirma que, durante a Monarquia, representantes de fazendeiros escravocratas assumiam eventualmente posições liberais.
 - (E) expressa dúvida em relação às raízes rurais da sociedade colonial brasileira.
-



12. *A eles, de certo modo, também se deve o bom êxito de progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe e o principal esteio em que descansava esse prestígio, ou seja, o trabalho escravo.* (4º parágrafo)

Os termos sublinhados estão empregados, respectivamente, em sentido

- (A) literal, figurado e literal.
- (B) figurado, literal e literal.
- (C) literal, literal e figurado.
- (D) figurado, figurado e figurado.
- (E) literal, figurado e figurado.

13. Verifica-se o emprego de voz passiva no seguinte trecho:

- (A) *Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos.* (1º parágrafo)
- (B) *É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram* (1º parágrafo)
- (C) *Se [...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais.* (2º parágrafo)
- (D) *1888 representa o marco divisório entre duas épocas* (2º parágrafo)
- (E) *Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política* (3º parágrafo)

14. Em *alguns dos mais importantes movimentos liberais que já operaram em nossa história* (4º parágrafo), o termo sublinhado exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em:

- (A) *É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra* (2º parágrafo)
- (B) *progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional.* (4º parágrafo)
- (C) *Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos.* (1º parágrafo)
- (D) *eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política* (3º parágrafo)
- (E) *tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição* (2º parágrafo)

Noções de Legislação

15. O Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, em relação ao processo administrativo disciplinar, estabelece que:

- (A) quando a sindicância for realizada apenas por um sindicante, este não poderá designar outro servidor para secretariar os trabalhos.
- (B) o prazo para a conclusão do inquérito administrativo não excederá 30 (trinta) dias úteis, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (C) no inquérito administrativo, o relatório da comissão não será conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, dada a sua natureza meramente opinativa.
- (D) se o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
- (E) da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar aplicação da pena de suspensão de até 30 (trinta) dias, dispensada, nesse caso, a abertura de inquérito administrativo.



16. Nos termos da Lei Orgânica do Município (LOM) de Fortaleza, a Política de Desenvolvimento Urbano executada pelo Município tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. A esse respeito, a LOM estatui que
- (A) o uso e ocupação do solo, através de construção, deverão ser autorizados previamente pelo poder público municipal, segundo parâmetros estabelecidos em lei.
 - (B) o Plano Diretor de Fortaleza indicará as áreas onde poderão ser aplicados, sucessivamente, o parcelamento, edificação e utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
 - (C) o fundo de terras do Município de Fortaleza destina-se exclusivamente à implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda e à preservação de praças públicas.
 - (D) é obrigação do Município elaborar e manter atualizado o Sistema de Informações Municipais reunindo cadastro georreferenciado dos imóveis públicos e particulares municipais, planta genérica de valores, dados e cadastros das demais secretarias do Município, sendo vedado o amplo acesso a essas informações a fim de se evitar a especulação imobiliária.
 - (E) o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano é um órgão colegiado, autônomo e composto exclusivamente por membros da sociedade.
-
17. A respeito dos Vereadores, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza estabelece que
- (A) se extingue o mandato do Vereador, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa anual, a um quinto das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade.
 - (B) o líder é o porta-voz de uma representação partidária, ou de mais de 1 (uma) representação partidária, e, ainda, do chefe do Poder Executivo Municipal, cujo nome será indicado, por escrito, à Mesa.
 - (C) o Colégio de Líderes é instância consultiva e deliberativa, cuja finalidade é mediar impasse que, porventura, venha a ocorrer nos trabalhos da Câmara.
 - (D) o suplente tomará posse perante a Câmara Municipal, em sessão ordinária ou extraordinária, não podendo ser empossado durante o recesso.
 - (E) a renúncia ao mandato far-se-á por escrito, tendo como destinatário o Prefeito, a qual será devidamente protocolada.
-
18. Em relação às emendas à Lei Orgânica do Município de Fortaleza, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que
- (A) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Guarda Municipal.
 - (B) será constituída Comissão Especial – apresentada a proposta de emenda à Lei Orgânica – composta de 9 (nove) membros indicados pelo Presidente da Câmara, observada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.
 - (C) não é admitida a iniciativa popular para proposta de emenda à Lei Orgânica.
 - (D) não cabe ao chefe do Poder Executivo a iniciativa da proposta de emenda à Lei Orgânica do Município.
 - (E) a Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio ou de intervenção no Município.
-
19. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, compete ao Prefeito
- (A) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e emendas à Lei Orgânica aprovadas pela Câmara Municipal e expedir os regulamentos para sua fiel execução.
 - (B) nomear e exonerar os auxiliares diretos, devendo a indicação de Secretários Municipais ser autorizada pela Câmara Municipal.
 - (C) superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e o pagamento dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara.
 - (D) aprovar a denominação de vias e logradouros públicos.
 - (E) expedir decretos, portarias, medidas provisórias ou outros atos administrativos.



Fundamentos e Teoria Geral do Direito

20. *A nosso ver, a principal característica dessas doutrinas é serem extrovertidas: ou seja, não praticam a dedução a partir de princípios inatos, como tenta fazer o racionalismo, mas voltam-se para o exterior, tratam o homem como objeto de ciência. [...] observando o homem tal como ele é em vez de escrutinarem o dever-ser, acreditam que os atos dos homens estão instintivamente dirigidos pela vontade de bem-estar[...]. [...] o homem tende para a segurança. Essa necessidade será plenamente satisfeita pelo Estado [...]. Com efeito, é nesse momento que a política começa a se especializar; em vez de ser a ciência do justo, torna-se uma arte do útil, à qual o direito está subordinado.*

(VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, *passim*)

As ideias expressas acima referem-se

- (A) à doutrina ética, da autonomia da vontade e fenomenalista de Emmanuel Kant.
- (B) à filosofia “materialista”, liberta das orientações da moral neoestoica, de Thomas Hobbes.
- (C) à concepção aristotélica de Direito, representada, dentre outras, pela ideia de que o direito é a justa partilha dos bens.
- (D) ao pensamento platônico de justiça, que se relaciona à organização da pólis.
- (E) ao normativismo de Hans Kelsen, expressão da máxima racionalidade da lei.

21. *O objeto próprio dessa virtude é atribuir a cada um o seu, conforme a fórmula tradicional já mencionada por Platão e que será retomada por toda a literatura clássica: que se efetue uma partilha adequada, em que cada um não recebe nem mais nem menos do que a boa medida exige. Aristóteles encontra, portanto, uma explicação de sua teoria geral da virtude como busca do meio-termo: mas, aqui, o meio-termo está nas próprias coisas, que são atribuídas a cada um em quantidades nem grandes nem pequenas demais, mas média entre esses dois excessos [...]. O objetivo é obter ou preservar uma certa harmonia social; procurar conseguir o que Aristóteles chama uma igualdade.*

(Adaptado de: VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 41 e 42)

O texto acima caracteriza o que se entende corretamente por

- (A) justiça corretiva, expressa modernamente e por uma ótica dogmática no direito privado.
- (B) direito privado (direito de família, contratos de compra e venda etc.), que expressa uma justa distribuição entre os cidadãos da cidade.
- (C) justiça comutativa, que se dá a partir do princípio de igualdade simples ou aritmética.
- (D) justiça distributiva, que nos tempos atuais e por uma ótica dogmática pode ser realizada por meio do Direito Público, quando este busca efetivar a justa distribuição dos bens.
- (E) justiça pautada na reciprocidade, em que o dinheiro opera uma equivalência entre produtos e serviços.

22. Acerca dos métodos interpretativos, considere as seguintes assertivas:

I. Método preocupado com o sentido das palavras: [...] *é, pois, apenas um ponto de partida, e nunca ou quase nunca um fim do processo.*

(FERRAZ JR., T. S. **A ciência do direito**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 94)

II. Considera o ordenamento jurídico como um todo: *A oposição entre dois textos incompatíveis não decorre apenas da sua oposição formal, mas exige uma referência a uma situação.*

(FERRAZ JR., T. S. **A ciência do direito**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 95)

III. Baseia-se na investigação dos antecedentes da norma jurídica; guarda relação com o projeto de lei, sua justificativa e exposição de motivos, discussões e emendas.

O método interpretativo a que se refere cada uma das assertivas é:

	I	II	III
A	gramatical	lógico-sistemático	histórico
B	sociológico	histórico	lógico-sistemático
C	gramatical	histórico	sociológico
D	gramatical	lógico-sistemático	sociológico
E	histórico	lógico-sistemático	sociológico



23. A teoria de Kelsen é "pura" em dois sentidos: (i) afirma-se livre de quaisquer considerações ideológicas, não se emitem juízos de valor sobre qualquer sistema jurídico, e a análise da "norma jurídica" não é afetada por nenhuma concepção da natureza do direito justo; (ii) o estudo sociológico da prática do direito e o estudo das influências políticas, econômicas ou históricas sobre o desenvolvimento do direito ficam além da esfera de ação da teoria pura. [...] Para Kelsen, as regras eram as características observáveis (na escrita etc.) de um sistema normativo. As regras eram, portanto, as características de superfície do direito, e as normas sua essência interior; conquanto elas possam ter dado origem aos atos de "vontade" de um Parlamento, ou à adoção de um costume por um juiz, uma vez aceitas como direito adquirem existência independente; sua validade não depende da vontade de um mandatário.

(MORRISON, Wayne. **Filosofia do Direito: dos gregos ao pós-modernismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 381, 382 e 392)

Considere as proposições abaixo acerca do texto:

- I. O direito natural continua a fundamentar uma teoria pura do direito, ou seja, é base do direito positivo (norma jurídica).
- II. O direito é perspectivado internamente por Kelsen e a norma jurídica é compreendida como uma idealidade, ou seja, um dever-ser, e não como tudo que é da natureza, ou seja, um ser.
- III. Comporta a teoria de Kelsen uma validação da norma jurídica inferior pela norma jurídica superior, não cabendo, portanto, uma validação externa, de cunho sociológico.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

24. Tem o direito, como direito "subjetivo" (ou seja, o direito de um determinado sujeito), de ser distinguido da ordem jurídica, como Direito "objetivo". Na linguagem jurídica inglesa dispõe-se da palavra *right* quando se quer designar o direito (subjetivo), o direito de um determinado sujeito, para o distinguir da ordem jurídica, do Direito objetivo, da *law*.

(KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 140 e 141)

Tendo em vista o texto acima, é correto o que se afirma em:

- (A) A legislação escrita é direito objetivo e a pretensão jurídica de um sujeito de direito, amparada numa norma estatal, pode ser compreendida como direito subjetivo.
- (B) O dever jurídico é a expressão máxima do direito objetivo.
- (C) O direito subjetivo não pressupõe a existência de normas jurídicas, de direitos objetivos.
- (D) Se toda norma jurídica é direito objetivo, somente será direito objetivo a lei emanada do Poder Legislativo.
- (E) Direito objetivo e subjetivo são compreendidos como conceitos idênticos.

Raciocínio Lógico-Matemático

25. Algumas raposas estão comendo os ovos de um depósito. No primeiro dia elas comeram $\frac{1}{8}$ dos ovos. No segundo dia elas comeram $\frac{1}{5}$ dos ovos que sobraram e no terceiro dia comeram $\frac{1}{3}$ dos ovos que ainda restaram. Nesses três dias nenhum ovo

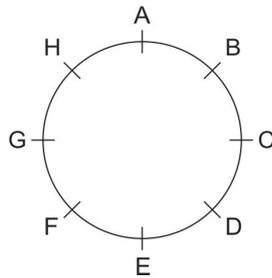
foi repostado ou retirado do depósito. A fração dos ovos que inicialmente estavam no depósito e que sobraram intactos é

- (A) $\frac{7}{15}$
- (B) $\frac{119}{120}$
- (C) $\frac{7}{120}$
- (D) $\frac{1}{24}$
- (E) $\frac{1}{36}$



26. A soma de 6 números inteiros consecutivos é igual à soma dos 3 inteiros consecutivos que sucedem imediatamente o último termo da primeira soma. Essa soma vale
- (A) 31
(B) 28
(C) 27
(D) 30
(E) 24
-
27. Um cubo de arestas medindo 3 cm foi formado por 27 cubinhos brancos de arestas medindo 1 cm. Após montado, esse cubo teve todas suas faces pintadas de azul. Em seguida, o cubo foi desmontado, e restaram cubinhos com faces pintadas de branco ou azul. O total de cubinhos com exatamente duas faces pintadas de azul é
- (A) 15
(B) 6
(C) 8
(D) 12
(E) 1
-
28. Os 72 alunos de uma escola devem, nas aulas de educação física, participar de treinos em uma, duas ou três modalidades esportivas, entre futebol, atletismo e natação. Sabendo que 33 alunos treinam futebol, 34 treinam atletismo e 26 treinam natação, e que 4 alunos treinam as três modalidades, o número de alunos que treinam exatamente duas modalidades é
- (A) 27
(B) 16
(C) 19
(D) 22
(E) 13
-

29. Marcelo e Samanta desenharam, na quadra de sua escola, uma circunferência com letras, como na figura abaixo.



Eles brincam de saltar de uma letra para outra letra vizinha toda vez que uma moeda é lançada segundo a seguinte regra: se o resultado do lançamento for cara, Marcelo salta no sentido horário para a letra vizinha de onde ele está e Samanta fica parada. Se o resultado for coroa, Samanta salta no sentido anti-horário para uma letra vizinha de onde ela está e Marcelo fica parado. Marcelo começa em A e Samanta em E. Após 70 lançamentos da moeda que resultaram em exatamente 37 caras, Marcelo e Samanta estarão, respectivamente, nas letras

- (A) F e E
(B) H e C
(C) F e D
(D) G e D
(E) A e E
-
30. Se 16 máquinas produzem 7.056 metros de tecido em 18 dias, então, supondo que cada uma das máquinas produz a mesma quantidade de tecido por dia, o número de máquinas necessário para produzir 10.829 metros de tecido em 17 dias é
- (A) 25
(B) 24
(C) 27
(D) 26
(E) 28
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Segundo a disciplina da Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) o princípio da ampla defesa não se aplica aos processos administrativos disciplinares.
 - (B) é cabível a impetração de *habeas corpus* para proteger direito de visita de uma esposa ao seu marido preso, quando teve esse direito negado.
 - (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (D) conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (E) é o Ministério Público legitimado a propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural.
-
32. Segundo a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o município é competente para
- (A) impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (B) fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
 - (C) legislar sobre propaganda comercial.
 - (D) legislar privativamente sobre proteção à infância e à juventude.
 - (E) definir os crimes de responsabilidade dos Prefeitos.
-
33. Considere as seguintes atribuições, à luz da Constituição Federal:
- I. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
 - II. Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
 - III. Enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição.
 - IV. Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - V. Determinar a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- São de competência privativa do Presidente da República SOMENTE as referidas em
- (A) II, III e V.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, III e IV.
-
34. À luz do que estabelece a Constituição Federal acerca dos orçamentos, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ainda que para a
- (A) destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
 - (B) manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (C) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
 - (D) destinação de recursos para a atividade da administração tributária.
 - (E) destinação a programas de desenvolvimento da agricultura, pecuária e abastecimento.
-
35. Segundo a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), relativamente à organização e ao funcionamento de Comissões no âmbito do Congresso Nacional,
- (A) as Comissões Parlamentares de Inquérito, dotadas de poderes semelhantes à de Autoridade Policial, dispõem de autonomia para promover interceptação das comunicações telefônicas.
 - (B) o STF não tem competência originária para processar e julgar mandado de segurança e *habeas corpus* impetrados contra Comissão Parlamentar de Inquérito constituída no âmbito do Congresso Nacional ou quaisquer de suas casas.
 - (C) as Comissões Parlamentares de Inquérito podem efetuar prisão em flagrante independentemente de ordem judicial.
 - (D) não é função das Comissões receber petições, reclamações, representações ou queixas contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas, cabendo tais atribuições à Corregedoria do Congresso Nacional.
 - (E) em virtude do princípio da publicidade, é vedado o funcionamento de qualquer Comissão durante o recesso parlamentar do Congresso Nacional.



36. De acordo com a Constituição Federal,
- (A) constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao teto de gastos da receita da Câmara com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (B) o subsídio dos Vereadores será fixado no início de cada legislatura, para vigorar durante todo o período, observado o limite máximo estabelecido na Lei Orgânica do Município respectivo.
 - (C) a eleição do Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato vigente, no caso de Municípios com mais de cem mil eleitores.
 - (D) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de três por cento da receita do Município.
 - (E) a Câmara Municipal não gastará mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
-
37. Acerca do que dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza sobre as sessões,
- (A) a de instalação da legislatura será realizada no dia 1^a de janeiro, às 16h, desde que presentes a maioria absoluta dos Vereadores.
 - (B) o início dos períodos da Sessão Legislativa depende de prévia convocação da maioria absoluta dos seus membros.
 - (C) a Câmara reunir-se-á em sessão legislativa extraordinária, nos casos de urgência ou relevante interesse público, por convocação exclusiva do Presidente da Câmara.
 - (D) o Presidente dará ciência aos Vereadores da convocação de sessão legislativa extraordinária por meio de notificação pessoal e sob a forma escrita, podendo ser por meio eletrônico.
 - (E) as legislativas extraordinárias instalar-se-ão, desde que observada a antecedência mínima de 24 horas, sendo permitido, uma vez demonstrada a sua relevância, o tratamento de assunto ou matéria estranhos à convocação.
-
38. À luz do que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza,
- (A) o Presidente da Câmara, ao se ausentar do Município, por tempo igual ou superior a dez dias, comunicará o fato à Corregedoria, e, nos períodos de recesso, ao Prefeito Municipal.
 - (B) a segurança interna da Câmara Municipal será feita pela Guarda Municipal comandada por quadro próprio de profissionais de segurança da Câmara Municipal.
 - (C) a segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Corregedoria, sob a direção do Presidente da Mesa da Câmara.
 - (D) é permitido o porte de armas, exclusivamente aos Vereadores, nas dependências internas da Câmara Municipal de Fortaleza.
 - (E) no recinto do Plenário, durante as sessões, serão admitidos exclusivamente os Vereadores.
-
39. Acerca do que dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza sobre as faltas e licenças de seus membros,
- (A) o Vereador poderá licenciar-se para tratar de interesse particular, sem prejuízo de sua remuneração, por prazo não superior a 120 dias.
 - (B) considerar-se-á motivo justo, para efeito de justificar a falta atribuída a um Vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das Comissões, a doença, o luto, motivos de festejos nacionais, o desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros estabelecidos com antecedência pelo Plenário.
 - (C) a licença por motivo de saúde somente será concedida mediante avaliação e atestado da perícia médica do Instituto de Previdência do Município, IPM, em laudo subscrito por dois médicos do mesmo Instituto, no mínimo.
 - (D) o pedido de licença será feito pelo Vereador, em requerimento escrito, que será submetido ao Plenário para votação em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, sendo aprovado por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - (E) o suplente convocado deverá tomar posse no prazo de cinco dias, contados da data da convocação, salvo no caso de motivo justo, apresentado por escrito à Câmara e aceito pela maioria absoluta dos Vereadores, quando se prorrogar o prazo, por igual período, uma única vez.
-
40. Segundo o que dispõe a Constituição Federal acerca da segurança pública,
- (A) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.
 - (B) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
 - (C) a polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
 - (D) as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Prefeitos Municipais e aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
 - (E) à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, incumbe exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

**Direito Administrativo**

41. O Prefeito encaminha projeto de lei à Câmara Municipal, em que há o seguinte dispositivo, instituindo gratificação:

Art. ... – Fica criada a Gratificação de Função para exercício de cargo comissionado de Gerente de Fiscalização Municipal.

Parágrafo único: A Gratificação de Função será calculada à razão de 10% (dez por cento) do subsídio do Prefeito Municipal.

Acerca do referido dispositivo, é correto afirmar que o projeto de lei é

- (A) eivado de vício de iniciativa, pois não cabe ao Prefeito propor a criação de gratificações, matéria de competência exclusiva da Câmara de Vereadores.
- (B) desnecessário, pois gratificações de função podem ser criadas por decreto autônomo, em vista da competência do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal.
- (C) constitucional, não havendo óbices à sua deliberação pela Câmara Municipal.
- (D) inconstitucional, pois é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) inconstitucional, pois cargos comissionados devem ser remunerados por subsídio, em parcela única.

42. Projeto de lei Municipal dispõe acerca da proteção do patrimônio cultural, estatuindo:

Art. ... – Compete ao Conselho do Patrimônio Cultural Municipal, em processo administrativo em que seja dada oportunidade de defesa ao proprietário, determinar o tombamento de bem considerado de valor cultural, sendo que a declaração do tombamento de bem particular acarretará sua desapropriação sumária administrativa pelo Poder Público Municipal, sendo a imissão de posse determinada por ato autoexecutório do Prefeito.

A norma acima reproduzida é

- (A) inconstitucional, pois ao tratar do procedimento de desapropriação a lei invade competência legislativa privativa da União.
- (B) constitucional, pois é de competência de todos os entes federados a proteção do patrimônio cultural.
- (C) inconstitucional, pois a proteção do patrimônio cultural é matéria de competência exclusiva da União.
- (D) inconstitucional, pois bens tombados não estão sujeitos à desapropriação, pois a função social já é atendida pelo tombamento.
- (E) constitucional, pois a proteção do patrimônio cultural em área urbana é matéria de competência exclusiva dos municípios.

43. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público municipal de transporte coletivo urbano, está causando inúmeros transtornos aos usuários. Em razão da má gestão administrativa e financeira da empresa, os fornecedores de combustíveis se recusam a abastecer os ônibus, comprometendo a continuidade do serviço público. Todavia, não há cláusula no contrato de concessão prevendo a retomada do serviço por culpa da concessionária. Em vista da situação, o Prefeito, após a verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado a esta o direito de ampla defesa, encaminha projeto de lei à Câmara Municipal, havendo disposição com o seguinte teor:

Art... Fica autorizada a extinção do contrato de concessão de serviço público celebrado entre o Município e a Empresa....., por conta da inadequação e descontinuidade do serviço prestado.

Parágrafo único: A extinção determinada no caput independe de indenização prévia, sendo que eventual indenização será objeto de apuração, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

A propositura acima reproduzida é juridicamente

- (A) correta, pois, na ausência de disposição contratual, somente a lei municipal poderá extinguir o vínculo contratual.
- (B) incorreta, pois há necessidade de prévia apuração da indenização devida à concessionária.
- (C) incorreta, pois a rescisão da concessão, por culpa da concessionária, deve se dar por ato administrativo do poder concedente, dispensada a autorização legislativa.
- (D) correta, pois, em se tratando de contratos administrativos, vigora o princípio da estrita legalidade, devendo haver lei autorizativa específica para sua extinção.
- (E) incorreta, pois a extinção de contrato de concessão de serviços públicos depende de autorização do Tribunal de Contas do Estado e não da Câmara Municipal.



44. No tocante ao exercício do poder de polícia, é válida lei municipal que estabeleça
- (A) multa de trânsito em valor superior à prevista no Código Brasileiro de Trânsito.
 - (B) loteria municipal, destinada a custeio da guarda municipal.
 - (C) submissão a prova de conhecimentos para exercício de profissão, em âmbito municipal.
 - (D) proibição da construção de presídios, no território municipal.
 - (E) competência da guarda municipal para fiscalização de infrações de trânsito.
-
45. Pedro era servidor público titular de cargo efetivo em âmbito estadual e, após ter sido aprovado em concurso, exonerou-se desse cargo e tomou posse em outro cargo efetivo, em uma autarquia municipal. Porém, após Pedro ter atingido a estabilidade no cargo, anunciou-se a extinção da autarquia e de todos os cargos da estrutura autárquica. Concretizado esse propósito, Pedro
- (A) será exonerado, pois não há direito adquirido ao regime estatutário.
 - (B) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço público, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - (C) obrigatoriamente será reaproveitado em outro cargo de atribuições semelhantes.
 - (D) será aposentado compulsoriamente, sendo consideradas, para cálculo dos proventos, todas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que participou.
 - (E) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional, calculada levando-se em consideração apenas o tempo de exercício do cargo municipal.
-
46. [...] é o *deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, de um para outro órgão do mesmo Poder, observado sempre o interesse da Administração.*
- Tal disposição do Art. 22 do Estatuto dos Servidores de Fortaleza refere-se ao instituto da
- (A) redistribuição.
 - (B) transposição.
 - (C) remoção.
 - (D) transferência.
 - (E) relocação.
-
47. Um servidor federal foi aposentado, tendo sido publicado o ato de sua aposentação em 2011, seguindo-se a homologação pelo Tribunal de Contas da União em 2012. No corrente ano, constatou-se que houve incorreta contagem do tempo necessário para o preenchimento dos requisitos da aposentadoria, sem que se constatasse qualquer atitude de má-fé do servidor beneficiado. À luz da legislação federal, o ato administrativo que concedeu sua passagem à inatividade é
- (A) perfeito, inválido e eficaz.
 - (B) imperfeito, inválido e ineficaz.
 - (C) perfeito, inválido e ineficaz.
 - (D) perfeito, válido e eficaz.
 - (E) imperfeito, inválido e eficaz.
-
48. Em relação à duração dos contratos administrativos, a Lei nº 8.666/1993 estabelece o prazo máximo de vigência de
- (A) quarenta e oito meses, para contrato de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática.
 - (B) trinta e seis meses, para contratos de serviços contínuos, por meio de prorrogações por iguais e sucessivos períodos da vigência inicial, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.
 - (C) vinte e quatro meses, para projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
 - (D) cento e oitenta meses, para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
 - (E) dezoito meses para todas as contratações.

**Direito Previdenciário**

49. Inês, 69 anos, e Maria, 55 anos, exercem o magistério no ensino fundamental. Ambas são servidoras públicas há mais de dez anos na mesma função e seguradas do Regime de Previdência dos Servidores do Município de Fortaleza (PREVIFOR). Tendo em vista que elas têm a intenção de se aposentar, é correto o que se afirma em:
- (A) Inês será aposentada compulsoriamente aos 65 anos de idade, com proventos integrais, e Maria deverá contribuir por 30 anos para se aposentar voluntariamente, uma vez que não se beneficia da diminuição do tempo em razão do exercício do magistério, que abrange apenas a educação infantil.
 - (B) Inês será aposentada compulsoriamente aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; Maria poderá ser aposentar voluntariamente desde que tenha 60 anos de idade e trinta anos de contribuição.
 - (C) Inês será aposentada compulsoriamente aos 70 anos de idade, com proventos integrais, e Maria será aposentada aos 65 anos de idade, tendo em vista o exercício do magistério.
 - (D) Inês será aposentada compulsoriamente aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; Maria poderá se aposentar voluntariamente desde que tenha trinta anos de contribuição, uma vez que já implementou tal condição por idade.
 - (E) ambas deverão contar com pelo menos 55 anos de idade e trinta anos de contribuição para terem direito à aposentadoria voluntária.
-
50. Lúcia, ministrando aulas num Curso Preparatório para Concursos Públicos, abordou o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza. É correto, nos termos da referida lei, que
- (A) progressão é a passagem do servidor de qualquer classe de nível básico para a inicial de nível médio ou superior, ou de qualquer classe de nível médio para a primeira de nível superior, obedecidos os critérios exigidos para o ingresso nas respectivas carreiras; já readaptação é a passagem do servidor de uma carreira para outra carreira diferente, de referência de igual valor salarial, mais compatível com sua capacidade funcional, podendo ser de ofício ou a pedido.
 - (B) progressão é a passagem do servidor de uma referência para a seguinte, dentro da mesma classe, obedecidos os critérios de merecimento ou antiguidade; já a transformação é a passagem do servidor de qualquer classe de nível básico para a inicial de nível médio ou superior, ou de qualquer classe de nível médio para a primeira de nível superior, obedecidos os critérios exigidos para o ingresso nas respectivas carreiras.
 - (C) promoção é a passagem do servidor de uma classe para a imediatamente superior, dentro da mesma carreira, obedecidos os critérios de merecimento ou antiguidade; já progressão é a passagem do servidor de uma referência para a seguinte, dentro da mesma classe, obedecido somente o critério de antiguidade.
 - (D) readaptação é a passagem do servidor de uma classe para a imediatamente superior, dentro da mesma carreira, obedecidos os critérios de merecimento ou antiguidade; já a transformação é a passagem do servidor de qualquer classe de nível básico para a inicial de nível médio ou superior, ou de qualquer classe de nível médio para a primeira de nível superior, obedecidos os critérios exigidos para o ingresso nas respectivas carreiras.
 - (E) promoção é a passagem do servidor de uma referência para a seguinte, dentro da mesma classe, obedecido somente o critério da antiguidade; já readaptação é a passagem do servidor de uma carreira para outra carreira diferente, de referência de igual valor salarial, mais compatível com sua capacidade funcional, só podendo ser implementada de ofício.
-
51. Bernardo é administrador de entidade de Previdência privada, de caráter complementar e organizada de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social. Já Sílvia atua como procuradora da mesma entidade, com poderes de gestão. Cilene é membro do conselho estatutário. Nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, se forem constatados danos ou prejuízos ocasionados por ação ou omissão no exercício de suas funções, responderão civilmente por seus atos:
- (A) Bernardo e Cilene, somente.
 - (B) Bernardo e Sílvia, somente.
 - (C) Sílvia e Cilene, somente.
 - (D) Bernardo, Sílvia e Cilene.
 - (E) Bernardo, somente.
-
52. Santiago está repassando o conteúdo programático de Direito Previdenciário para estudar com sua esposa Rosa e, nos termos da Lei nº 8.213/1991, é correto afirmar que o Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, expressas em benefícios e serviços, em relação ao segurado:
- (A) auxílio-doença, pensão por morte e adicional de periculosidade.
 - (B) aposentadoria por invalidez, auxílio-alimentação e pensão por morte.
 - (C) aposentadoria por idade, salário-maternidade e auxílio-reclusão.
 - (D) reabilitação profissional, ajuda de custo e auxílio-acidente.
 - (E) auxílio-doença, salário-família e aposentadoria especial.

**Direito Tributário**

53. O Código Tributário do Município de Fortaleza (Lei complementar nº 159 de 2013), a respeito da impugnação do lançamento, determina que:
- I. O sujeito passivo poderá impugnar o crédito tributário regularmente constituído, no prazo de quinze dias, contados da notificação do lançamento, mediante petição fundamentada, instruída com as provas cabíveis.
 - II. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido antes de sua introdução.
 - III. A reclamação contra o lançamento anual do IPTU poderá ser apresentada no prazo de até quinze dias, contados do primeiro vencimento da cota única.
 - IV. A impugnação de lançamento do ITBI em razão da discordância quanto à sua base de cálculo somente poderá ser interposta se houver julgamento improcedente ou parcialmente procedente de pedido de reavaliação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II.

54. Sobre a cobrança da dívida ativa, o Código Tributário Nacional

- I. relaciona os requisitos que devem constar no termo de inscrição da dívida ativa, sendo que a omissão de quaisquer dos requisitos previstos, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, sendo que tais nulidades só poderão ser sanadas por decisão judicial.
- II. afirma que constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- III. dispõe que a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, sendo que a referida presunção é absoluta, não podendo ser ilidida pelo sujeito passivo.
- IV. determina que, dentre outros, são requisitos do termo de inscrição na dívida ativa o nome do devedor e, sempre que possível, seu domicílio ou a residência, a quantia devida e a origem e natureza do crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

55. Acerca da Administração Tributária, o Código Tributário Nacional

- (A) relaciona as autoridades e entidades obrigadas a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que dispõem com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, mas tal obrigação não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (B) determina que, salvo motivo de força maior e a critério da autoridade administrativa, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
- (C) veda o intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, o qual somente pode ser realizado quando houver autorização judicial, após instauração de processo judicial, a pedido dos entes federados interessados, que tramitará em segredo de justiça.
- (D) dispõe que somente a lei complementar pode autorizar a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a prestarem mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações.
- (E) exige autorização judicial para as autoridades administrativas federais poderem requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária.



56. Segundo o CTN, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento. Quanto ao lançamento, o CTN dispõe que
- (A) se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se esta tiver sido modificada ou revogada.
 - (B) os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame não poderão ser retificados, de ofício ou a pedido do interessado, pela autoridade administrativa competente para revisar a respectiva declaração.
 - (C) é efetuado somente com base na declaração do sujeito passivo e nunca com base na declaração de terceiro.
 - (D) a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.
 - (E) a revisão do lançamento só pode ser iniciada após extinto o direito da Fazenda Pública.

Direito Ambiental e Urbanístico

57. O Estado do Ceará e o Município de Fortaleza legislaram sobre a proibição da venda de canudos plásticos em estabelecimentos comerciais e congêneres, permitindo, apenas, a comercialização de canudos biodegradáveis. A legislação estadual é mais benéfica ao poluidor se comparada com a legislação municipal. Neste cenário,
- (A) as leis são inconstitucionais, pois poluição é matéria de competência privativa da União.
 - (B) a lei municipal é inconstitucional, tendo em vista que poluição é matéria de competência concorrente da União e dos Estados.
 - (C) no Município de Fortaleza, aplica-se a lei municipal, que é mais protetiva.
 - (D) a lei estadual sobrepõe-se à lei municipal, mesmo no Município de Fortaleza.
 - (E) a lei estadual é inconstitucional, pois o Estado não tem competência para legislar sobre poluição.
58. O Município de Fortaleza irá elaborar o seu Plano Diretor. Há no Estado do Ceará o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). O Município
- (A) fará o seu Plano Diretor sem levar em consideração o ZEE, diante da autonomia federativa.
 - (B) observará, obrigatoriamente, o ZEE para elaborar o seu Plano Diretor.
 - (C) fará o seu Plano Diretor sem levar em consideração as questões ambientais.
 - (D) submeterá o seu Plano Diretor para anuência do Estado do Ceará.
 - (E) aprovará o seu Plano Diretor, que prevalecerá, em qualquer situação, em relação ao ZEE.
59. O Município de Fortaleza canalizou um córrego, que passou a correr integralmente submerso (por baixo do solo), e retificou outro, que tinha o seu curso sinuoso e passou a ter um leito retilíneo. A área de preservação permanente (APP)
- (A) deixa de existir em ambos os casos.
 - (B) depende da normativa estabelecida pela legislação municipal.
 - (C) subsiste apenas em relação ao corpo d'água retificado.
 - (D) passa a ocupar o antigo leito do corpo d'água canalizado e permanece em relação ao rio retificado.
 - (E) subsiste em relação ao rio retificado com metragem estabelecida, de forma discricionária, pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento da obra.
60. O Município de Fortaleza, na defesa do patrimônio histórico da cidade, promoveu o tombamento de um casarão. O proprietário do imóvel ingressou em juízo pleiteando indenização, que
- (A) será devida se houver o esvaziamento do direito de propriedade, sendo o tombamento, neste caso, uma desapropriação indireta.
 - (B) será devida em razão da natureza jurídica de limitação administrativa ao direito de propriedade do tombamento.
 - (C) não será devida, ainda que haja o esvaziamento do direito de propriedade, tendo em vista a natureza jurídica de limitação administrativa ao direito de propriedade do tombamento.
 - (D) será destinada, pelo Poder Judiciário, ao Fundo de Interesses Difusos e Coletivos, cabendo ao proprietário do imóvel apresentar projetos de restauração do bem para captar o valor.
 - (E) será utilizada, por determinação do Poder Judiciário, apenas para a manutenção e para a restauração do bem.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 9. 9.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 9.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – **Conteúdo**, 9.4.2 – **Estrutura** e 9.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Texto I

O desaparecimento de algumas doenças fez com que as jovens gerações não tenham a percepção da gravidade delas, subestimando a importância da vacinação. Não é negligenciável o efeito negativo que grupos antivacina e a disseminação de notícias falsas provocam, associando levemente as vacinas ao desenvolvimento de doenças graves e atribuindo a elas a ocorrência de efeitos adversos inexistentes.

No entanto, a estratégia de tornar a vacinação compulsória, estabelecendo medidas coercitivas, no nosso entendimento, em absoluto representam uma real possibilidade de resolver esse problema.

(Adaptado de: SÁFADI, Marco Aurélio. **É preciso informação e infraestrutura**. Folha de S.Paulo, 04.08.2018)

Texto II

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), os movimentos antivacina são tão perigosos quanto os vírus, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a doenças evitáveis por vacinação, como o sarampo e a poliomielite. Ainda segundo a OMS, as razões pelas quais as pessoas escolhem não se vacinar são complexas, e incluem falta de confiança, complacência e dificuldades no acesso. Entretanto, os movimentos antivacina vêm crescendo no mundo todo, inclusive no Brasil, que sempre foi exemplo internacional.

(Disponível em: www.sbmt.org.br)

Considerando as ideias presentes em **I** e **II**, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Movimentos antivacina: liberdade individual e interesse coletivo



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO